

Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental: experiências latino-americanas e caribenhas - Vol. 2

Climate change, migration, and environmental injustice: Latin American and Caribbean experiences – Vol. 2

*Érika Pires Ramos**
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlcio Lourenço Fernandes

1 APRESENTAÇÃO

Este dossiê temático foi pensado para fomentar um debate transdisciplinar acerca das inter-relações entre mudanças climáticas, processos migratórios e múltiplas formas de injustiça ambiental. A realização da Conferência do Clima no Brasil (COP30) foi a oportunidade para promover um debate mais aprofundado sobre esses temas.

A crise climática vem provocando impactos profundos nas dinâmicas sociais, migratórias e ecológicas em escala global. Entretanto, seus efeitos não se distribuem de forma equitativa: no Brasil, país de dimensões continentais e profundas desigualdades, essas crises afetam desproporcionalmente diversos grupos sociais e, de forma mais danosa, as populações mais vulnerabilizadas e que enfrentam cotidianamente diferentes formas de injustiça e racismo ambiental. O mesmo padrão se reproduz nos países do chamado Sul Global.

Neste contexto, a mobilidade ainda permanece invisibilizada como uma dimensão humana da crise climática e ambiental, seja quando acontece dentro de um país, seja quando se dá entre fronteiras. A proteção das pessoas em mobilidade e, também, em situação de imobilidade não se dá exclusivamente através da agenda climática e migratória. Ela exige uma mirada integral e a

* Veja nota biográfica dos organizadores do presente dossiê no final dessa edição.

garantia de direitos humanos cuja negação vulnerabiliza ainda mais pessoas, suas comunidades e territórios; potencializam os impactos das mudanças climáticas; dos desastres; e amplificam as desigualdades preexistentes.

Para compreender o que está em jogo, é necessário que se reconheça a pluralidade de narrativas em disputa. Estratégias de enfrentamento justas e dignas precisam ser construídas e decididas coletivamente, adaptadas às necessidades e capacidades das populações e grupos afetados, e orientadas a longo prazo. A prevenção e as intervenções emergenciais transcendem o dever de um único grupo social ou Estado. Embora ocorram eventos locais, o caráter global do fenômeno requer uma governança coordenada entre povos e países, sem prejuízo da atuação de associações e grupos comunitários em escala local. A articulação sinérgica entre as escalas local, regional e global constitui um imperativo operacional para assegurar a eficácia e perenidade das medidas protetivas.

Nesse sentido, o dossiê desdobra-se em três edições (105, 106 e 107), reunindo contribuições contemplando diferentes perspectivas e abordagens. Procura-se analisar como as mudanças climáticas e a degradação ambiental operam como fatores estruturantes de deslocamentos forçados, de conflitos socioambientais e desigualdades sociais, condicionando diferentes formas de mobilidade humana: processos migratórios vinculados a desastres ambientais e eventos climáticos extremos, deslocamentos associados ao extrativismo, dinâmicas de resistência comunitária e organização popular, bem como interlocuções entre organizações e instituições políticas nacionais e internacionais.

Recebemos artigos com reflexões teóricas, abordagens empíricas com estudos de caso, além da contribuição a partir do conhecimento, experiências e vozes comunitárias e de outros valiosos aportes no formato de resenha, poema e conto. Desde a perspectiva jurídico-legal, destacam-se avanços importantes na defesa dos direitos de migrantes e deslocados internos no contexto da mudança climática e desastres ambientais que estão em curso.

A acolhida da convocatória foi surpreendente. A qualidade e a quantidade de contribuições superaram as expectativas. Isto exigiu mais tempo de análise e culminou na decisão de desdobrar este dossiê em três volumes, organizados em três eixos: I. Perspectivas internacionais (com ênfase nas abordagens teórica e global); II. A experiência latino-americana; e III. O contexto brasileiro, com a maioria das contribuições dedicadas à análise do desastre do Rio Grande do Sul.

Além do momento político importante - COP30 no Brasil - é preciso mencionar que esta temática já vinha sendo abordada em outras edições da Revista Travessia. Fundada no segundo semestre de 1988, a migração

aparece conectada diretamente às mudanças climáticas pela primeira vez em 1996 (edição 25) com o dossiê “Deslocamentos compulsórios e restrições à migração”.

No ano subsequente, a temática ganha mais espaço no dossiê “Migração e meio ambiente” (edição 25, 1997). Mas somente a partir de 2016 a temática Migração e mudanças climáticas reaparece na Revista Travessia (Dossiê Refugiados, edição 79), na qual foi analisada sob a ótica dos desafios políticos para o reconhecimento dos refugiados ambientais no Sistema de Proteção Internacional. Em 2022, o debate foi retomado na edição 93, cujo enfoque centrou-se no desafio do reconhecimento da necessidade de formulação de um estatuto jurídico e suas potencialidades de tutela e regulamentação de efeitos sociais, dentre eles a migração forçada decorrentes das mudanças climáticas.

O debate sobre a intersecção entre mudanças climáticas, fluxos migratórios e injustiça ambiental vem se consolidando nas agendas política e acadêmica. Mas é importante registrar que tal avanço decorre da mobilização de movimentos sociais, populações afetadas e governos cujos territórios são mais ameaçados e afetados. Nesse contexto, a Revista Travessia tem publicado, desde 2022 e ano a ano, textos dedicados a analisar esse panorama e a propor alternativas metodológicas, teóricas e práticas - edições 98 (2023); 101 (2024); e 102 (2025).

Neste percurso, chegamos ao presente dossiê composto por 3 volumes (105, 106 e 107), reunindo abordagens teórico-metodológicas, relatos de experiência e produções literárias. Articulando diferentes recortes espaciais — global, regional (América Latina) e local (Brasil) -, busca debater criticamente a temática em pauta. Sua publicação é resultado de rigoroso esforço coletivo de organizadorxs, autorxs, revisorxs e comitê editorial, a quem agradecemos imensamente.

2 EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS E CARIBENHAS

Neste volume II do dossiê **Mudanças climáticas, migração e injustiça ambiental**, a experiência latino-americana e caribenha ocupa o centro das reflexões teóricas e das soluções instrumentais, operativas e comunitárias, para a crise climática e as dinâmicas multiplicadoras de vulnerabilidades (violência, extrativismo, desigualdades estruturais, desastres, megaprojetos) que impactam a Região. Os estudos de caso e as vozes das comunidades reforçam, especialmente, a necessidade de narrativas não hegemônicas e do reconhecimento dos saberes e do protagonismo das comunidades deslocadas e das que resistem em seus territórios, procurando construir soluções reais à crise ambiental e climática.

Constanza Estepa abre este volume 2 com o artigo, *Emergencia climática, derechos humanos y movilidad humana: la Opinión Consultiva OC 32/25 de la Corte Interamericana de Derechos Humanos* (Corte IDH). A autora investiga um dos mais importantes *estándares* jurídicos regionais da atualidade, e destaca três dimensões de obrigações: substantivas (proteger direitos como vida, saúde e moradia), procedimentais (acesso à informação e participação) e reforçadas para grupos vulnerabilizados, entre eles, migrantes e deslocados climáticos, reconhecidos como sujeitos de proteção preferencial. A partir da abordagem da responsabilidade estatal, Constanza Estepa destaca que a Corte IDH, ao adotar o conceito de “melhor ciência disponível”, fecha a porta a narrativas negacionistas e impõe aos Estados o dever de “devida diligência reforçada” para prevenir deslocamentos forçados, garantir assentamentos dignos e construir vias migratórias seguras. A referida Corte considera o caráter global e complexo do fenômeno e afirma que a crise climática é, fundamentalmente, uma crise de direitos humanos que exige respostas proporcionais à responsabilidade histórica de cada Estado.

A contribuição de Sara Aparecida de Paula, *Entre o desastre e o deslocamento: a produção de vulnerabilidades no Sul Global na era da Grande Aceleração*, considera a crise ambiental contemporânea como processo estrutural que reproduz desigualdades históricas, sobretudo no Sul Global. No Hemisfério Sul, populações pobres, racializadas e marginalizadas são mais expostas a desastres ambientais e têm menos capacidades de recuperação de seus efeitos. Sara A. de Paula desvela a lógica capitalista de apropriação da natureza, e da omissão do Estado em face das mudanças climáticas. A pesquisadora ilustra a sua argumentação, apresentando dados globais do EM-DAT e o caso das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul — que afetaram 2,8 milhões de pessoas e deslocaram mais de 658 mil de suas casas. A conclusão do artigo realça que as migrações ambientais devem ser compreendidas como um efeito da exploração predatória e sistêmica de recursos naturais. Isto revela injustiça ambiental que exige reparação com a implementação de políticas públicas que tratem a adaptação como direito e a migração como uma estratégia legítima de sobrevivência.

Wagner Alexandre Siteo analisa casos do Brasil e da África em seu artigo *Migração e justiça ambiental: dinâmicas de expulsão e resistência em contextos periféricos*. O autor argumenta que as mudanças climáticas, a migração e a injustiça ambiental são fenômenos interligados e profundamente desiguais. Recordar-se que os países desenvolvidos, responsáveis pela exploração de minérios e recursos naturais no continente africano, figuram também como os maiores emissores de gases de efeito estufa. Esse modelo gera efeitos dramáticos sobre populações periféricas, racializadas e empobrecidas do Sul Global, que enfrentam cotidianamente desastres extremos, secas, enchentes

e deslocamentos compulsórios diretamente associados a grandes projetos de mineração, infraestrutura e agronegócio. Sendo a migração ambiental uma consequência de estruturas históricas de exploração, Siteo conclui que a justiça ambiental deva ser um princípio estruturante das políticas públicas, garantindo a participação das comunidades afetadas, e a adaptação como direito, não como privilégio.

A contribuição de Vesper Noschese T. V. Junqueira, *Cuerpos-territorios in motion: climate (Im)mobilities in light of international advisory opinions* utiliza o conceito de “corpo-território” como lente para analisar as (i) mobilidades climáticas na América Latina no âmbito das Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Internacional de Justiça. O artigo mostra como as populações *trans* e *travesti* foram duplamente atingidas pela destruição material e pela exclusão transfóbica dos abrigos oficiais durante o desastre no Rio Grande do Sul. Destaca também como iniciativas autônomas redefiniram a assistência humanitária a partir da agência daqueles grupos populacionais. A partir das experiências relatadas, conclui que a governança climática demanda uma abordagem interseccional e liderada pelas próprias comunidades. Nessa perspectiva, as reparações devem ser tratadas como norma jurídica e dever político.

Daniela Paredes Grijalva, Alessandra Naar, Adalberto Diginya Hernández Thompson e Sagla Celestiano Garrido analisam como o povo Gunadule, da comarca de Guna Yala (Panamá), enfrenta o deslocamento e a realocação climática a partir de suas próprias epistemologias e ontologias ancestrais. Em seu artigo, *Entre la tierra y el agua: saberes y reubicación frente a la crisis climática en el territorio Gunayala*, os autores apresentam a cosmovisão Guna, que concebe a Mãe Terra e o Mar como entidades vivas e responsivas. A experiência do povo Gunadule oferece um marco para interpretar a mudança ambiental não como fenômeno puramente físico, mas como desequilíbrio espiritual e socioecológico. O texto argumenta que uma realocação climática digna exige participação comunitária real com direito à consulta prévia, livre e informada; compartilhamento dos desafios e ônus da adaptação climática; solidariedade com as populações vulnerabilizadas; produção de arquiteturas culturalmente pertinentes; e reconhecimento dos saberes indígenas.

Megaprojetos, como mineradoras e hidrelétricas, sustentados pelo discurso e pelo modelo de “progresso” herdados do colonialismo, causam destruição ambiental massiva (contaminação da água, desmatamento, rompimento de barragens) e violência. Um efeito imediato desse “progresso avassalador” é a violação de direitos territoriais e o deslocamento forçado de populações, sobretudo de povos indígenas. Casos como a mina Pascua-Lama (Chile/Argentina), o Arco Mineiro do Orinoco (Venezuela) e as barragens de Mariana e Brumadinho (Brasil) ilustram como governos,

mesmo considerados progressistas, reproduzem esse modelo, à revelia da sua própria legislação socioambiental. Em *Deslocamento e reassentamento induzidos pelo desenvolvimento no contexto do neoextrativismo latino-americano*, Anna Ferri Davis defende o reconhecimento da categoria “Deslocamento e Reassentamento Induzido pelo Desenvolvimento (DRID)” como forma de “refúgio ambiental”, para evidenciar o caráter involuntário desses deslocamentos e responsabilizar politicamente os agentes estatais e corporativos que os produzem.

Diego Hernán Varón Rojas analisa o conflito socioambiental causado pela chegada de cerca de 400 famílias menonitas a Puerto Gaitán, na Colômbia. Em *Perspectiva epistêmica, cultural y organizacional para el estudio del conflicto socioambiental – el caso de los migrantes menonitas en Puerto Gaitán*, o autor demonstra que a disputa não envolve apenas o uso da terra e os efeitos ambientais gerados com o desmatamento e a expansão agrícola. O conflito envolve, também, as diferentes formas de entender o território, a produção e a relação com a natureza entre menonitas, indígenas (Sikuani) e os órgãos ambientais. Em seu estudo de caso, Varón Rojas destaca a legitimidade social obtida pelos menonitas por serem vistos como trabalhadores e produtivos, enquanto os Sikuani seguem enfrentando invisibilização de seus direitos ancestrais. O pesquisador conclui que o conflito revela disputas históricas, culturais e políticas mais profundas, exigindo uma análise crítica que considere diversidade epistêmica, justiça territorial e cuidado ambiental.

Em seu texto *Memoria organizativa y Acción Climática Popular en la Comuna 8 de Medellín*, o autor Carlos Velásquez apresenta a construção de respostas locais às mudanças climáticas, articulando memória coletiva, pedagogia popular e incidência política de base. Essas alternativas foram protagonizadas pelos residentes da Comuna 8 de Medellín (Colômbia), um território composto por bairros populares autoconstruídos em região de encostas. A partir da *Mesa de Vivienda* (2011) e do *Movimiento de Laderas* (2020), avançou-se da luta por direitos básicos à gestão comunitária do risco. Nesse contexto, foi criado, em 2022, o “Painel Interbarrial de Cambio Climático” — um “IPCC comunitário” que reconhece líderes de bairros como “especialistas climáticos populares”. Esse processo gerou instrumentos concretos como o Decreto de Emergência Climática (2022) e o Acordo Local 008 (2023), sustentados em Escolas Populares que democratizam conhecimento técnico e político. A experiência da Comuna 8 demonstra que a justiça climática pressupõe o reconhecimento das comunidades periféricas como agentes produtoras de saberes e legítimas na formulação de diagnósticos e soluções verdadeiramente adaptadas às realidades locais.

Arturo Massol Deyá, de Porto Rico, apresenta um relato sobre uma experiência caribenha, *De la emergencia a la soberanía del conocimiento*:

cómo una comunidad forjó su propio laboratorio energético. Deyá destaca o trabalho da organização comunitária Casa Pueblo de Adjuntas e seu modelo vivo de soberania territorial com a criação de microrredes solares. A resistência comunitária é realçada como protagonista da transição energética diante do colapso institucional provocado pelo furacão Maria em 2017. A resposta da Casa Pueblo, combinando inovação técnica e cooperativismo, vem promovendo uma revolução energética em Porto Rico. O laboratório energético da comunidade supera a inação governamental e rompe com a dependência dos monopólios e soluções impostas de fora, desconectadas da sua realidade local.

Laura Santos de Souza narra em seu conto, *“Seus olhos, dois rios”*, a memória de uma família que foi expulsa violentamente de sua comunidade. Compelida a fugir para a cidade, a família passa a viver na pobreza e na instabilidade, enquanto o narrador, um de seus membros, cresce marcado pela perda e pela saudade do rio e da avó. Anos depois, ao conhecer Alberto, um fotógrafo migrante, o narrador encontra na fotografia uma forma de reconstruir sua vida e sua identidade. Em uma viagem de trabalho, retorna ao seu lugar de origem e descobre que a comunidade renasceu sob nova liderança. A partir desse momento, ele percebe que, finalmente, era hora de voltar para casa.

Encerrando o dossiê, temos a resenha de um documentário curta-metragem, *WAYUU APALAANCHI: corazón voltado para o mar*. Trata-se de um documentário produzido por Luzbeidy Monterrosa sobre a comunidade indígena Wayuu Twuliá em Cachaca III, Rioacha, no Departamento de La Guajira (Norte da Colômbia), que tem sofrido com os efeitos do avanço do mar e a erosão costeira. Estes fenômenos ameaçam o território físico, a memória ancestral, os modos de vida, a identidade e vida espiritual da comunidade. O texto *Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana* é da lavra de Clarena Elizabeth Fonseca Uriana, Paola Andrea Cataño Gómez e Andrés Aristizábal Isaza. Os autores destacam o protagonismo da liderança e defensora Wayuu Clarena Fonseca. Ela ensina que o território e o mar são inseparáveis da existência coletiva do seu povo. A realocação da comunidade, nesse caso, não é vista como solução, mas como ruptura cultural e como uma inequívoca demonstração de injustiça climática decorrente da conjunção de múltiplos fatores: crise ambiental, extrativismo, abandono histórico e respostas estatais unilaterais e insuficientes. Argumenta-se que a resistência Wayuu Twuliá, registrada no curta-metragem, reforça a compreensão de uma adaptação climática justa como um processo construído coletivamente, especialmente com as populações afetadas. É fundamental que se reconheça e garanta seus direitos territoriais e a sua cosmovisão.

Boa leitura!

Uma palavra sobre a arte da capa

A REALIDADE LATINO-AMERICANA

A arte propõe um olhar sobre o extrativismo predatório. A grande mina a céu aberto e a barragem destacam a exploração mineral e a alteração dos cursos d'água na região; destaca as queimadas e o desmatamento. Os incêndios e tocos de árvores cortadas ao fundo sinalizam o avanço sobre as florestas e a perda de biodiversidade; e uma mirada sobre a Marcha dos Povos. A procissão de migrantes em trajes tradicionais simboliza tanto o deslocamento forçado quanto a caminhada histórica por terra e soberania, ancorada pelas lideranças indígenas em primeiro plano.

Sergio Ricciuto Conte

Climate change, migration, and environmental injustice: Latin American and Caribbean experiences - Vol. 2

Mudanças climáticas, migração e
injustiça ambiental: experiências latino-
americanas e caribenhas – Vol. 2

*Érika Pires Ramos
Helion Póvoa Neto
José Carlos Pereira
Márlcio Lourenço Fernandes*

1 PRESENTATION

This thematic dossier aims to foster a transdisciplinary debate on the interrelationships between climate change, migration processes, and various forms of environmental injustice. The hosting of the UN Climate Change Conference (COP30) in Brazil provided an opportunity to promote a deeper discussion on these topics.

The climate crisis is causing profound impacts on social, migratory, and ecological dynamics on a global scale. However, its effects are not distributed equitably; in Brazil—a country of continental dimensions and deep inequalities—these crises disproportionately affect various social groups. Most damagingly, they impact the most vulnerable populations, who face daily forms of injustice and environmental racism. This same pattern is replicated across countries of the so-called Global South.

In this context, mobility remains largely invisible as a human dimension of the climate and environmental crisis, whether occurring within a country or across borders. Protecting people on the move — as well as those unable to move — cannot be achieved solely through climate and migration agendas. It requires a holistic approach and the guarantee of human rights; the denial of

these rights further increases the vulnerability of individuals, communities, and territories, while exacerbating the impacts of climate change and disasters and amplifying pre-existing inequalities.

To understand what is at stake, one must recognize the plurality of competing narratives. Just and dignified coping strategies must be developed and decided upon collectively, tailored to the needs and capacities of affected populations and groups, and oriented toward the long term. Prevention and emergency interventions go beyond the responsibility of any single social group or State. Although events occur locally, the global nature of the phenomenon requires coordinated governance among peoples and nations, without undermining the vital work of local associations and community groups. Synergistic coordination across local, regional, and global scales is an operational imperative for ensuring the effectiveness and sustainability of protective measures.

Accordingly, this dossier unfolds across three editions (105, 106, and 107), bringing together contributions that encompass diverse perspectives and approaches. The aim is to analyze how climate change and environmental degradation act as structural drivers of forced displacement, socio-environmental conflicts, and social inequalities, shaping various forms of human mobility: migration linked to environmental disasters and extreme weather events; displacement associated with extractive industries; dynamics of community resistance and grassroots organizing; and interactions among national and international organizations and political institutions.

We received articles offering theoretical reflections and empirical case studies, as well as contributions drawing on community knowledge, experiences, and voices, alongside other valuable submissions such as book reviews, poems, and short stories. From a legal standpoint, significant progress is evident in the defense of the rights of migrants and internally displaced persons amidst ongoing climate change and environmental disasters.

The response to the call for papers was remarkable; the quality and volume of submissions exceeded expectations. This necessitated a longer review process and led to the decision to expand the dossier into three volumes, organized around three thematic axes: I. International perspectives (emphasizing theoretical and global approaches); II. The Latin American experience; and III. The Brazilian context, with the majority of contributions dedicated to analyzing the disaster in Rio Grande do Sul.

Beyond the significance of the current political moment — with COP30 taking place in Brazil — it is worth noting that this topic has previously been addressed in other editions of “Revista Travessia”. Founded in the second half of 1988, the topic of migration was linked to climate change for the first time in 1996 (issue 25) in the dossier “Forced Displacement and Migration Restrictions.”

The following year, the subject matter received further attention in the dossier “Migration and the Environment” (issue 25, 1997). However, it was not until 2016 that the theme of migration and climate change reappeared in “Revista Travessia” (Refugees Dossier, issue 79), where it was analyzed through the lens of the political challenges regarding the recognition of environmental refugees within the International Protection System. In 2022, the debate was revisited in issue 93, which focused on the challenge of recognizing the need to establish a legal status—and the potential for such a status to provide protection and regulate social consequences—specifically addressing forced migration resulting from climate change.

The debate regarding the intersection of climate change, migration flows, and environmental injustice has been gaining ground on both political and academic agendas. It is important to note, however, that this progress stems from the mobilization of social movements, affected populations, and governments whose territories face the greatest threats and impacts. Against this backdrop, the “Revista Travessia” has—year by year since 2022—published texts dedicated to analyzing this landscape and proposing methodological, theoretical, and practical alternatives (specifically in issues 98 [2023], 101 [2024], and 102 [2025]).

This journey brings us to the present dossier, comprising three volumes (105, 106, and 107) that gather theoretical-methodological approaches, accounts of lived experience, and literary works. By linking different spatial scales — global, regional (Latin America), and local (Brazil) — the dossier seeks to critically examine the subject matter at hand. Its publication is the result of a rigorous collective effort by the organizers, authors, reviewers, and the editorial committee, to all of whom we extend our deepest gratitude.

2 LATIN AMERICAN AND CARIBBEAN EXPERIENCES

In this second volume of the dossier **Climate Change, Migration, and Environmental Injustice**, the Latin American and Caribbean experience takes center stage in both theoretical reflections and the search for instrumental, operational, and community-based solutions to the climate crisis and the dynamics that multiply vulnerabilities (such as violence, extractivism, structural inequalities, disasters, and megaprojects) impacting the region. Case studies and community voices particularly underscore the need for non-hegemonic narratives and for recognizing the knowledge and agency of displaced communities and those resisting within their territories as they seek to build real solutions to the environmental and climate crisis.

Constanza Estepa opens Volume 2 with the article “Climate Emergency, Human Rights, and Human Mobility: Advisory Opinion OC-32/25 of the Inter-American Court of Human Rights (IACtHR).” The author examines one of the most significant regional legal standards of our time, highlighting three dimensions of obligations: substantive (protecting rights such as life, health, and housing), procedural (access to information and participation), and enhanced regarding vulnerable groups, including migrants and climate-displaced persons, who are recognized as subjects entitled to preferential protection. Addressing the issue of state responsibility, Estepa notes that by adopting the concept of “best available science,” the IACtHR shuts the door on denialist narratives and imposes a duty of “enhanced due diligence” on States to prevent forced displacement, ensure dignified resettlement, and establish safe migration pathways. The Court acknowledges the global and complex nature of the phenomenon, affirming that the climate crisis is fundamentally a human rights crisis requiring responses proportionate to each State’s historical responsibility.

Sara Aparecida de Paula’s contribution, “Between Disaster and Displacement: The Production of Vulnerabilities in the Global South in the Era of the Great Acceleration”, views the contemporary environmental crisis as a structural process that reproduces historical inequalities, particularly in the Global South. In the Southern Hemisphere, poor, racialized, and marginalized populations face greater exposure to environmental disasters and possess less capacity to recover from their effects. Sara A. de Paula exposes the capitalist logic behind the appropriation of nature and the State’s failure to act in the face of climate change. She illustrates her argument by presenting global data from EM-DAT alongside the case of the 2024 floods in Rio Grande do Sul—events that affected 2.8 million people and displaced over 658,000 from their homes. The article concludes that environmental migration must be understood as a consequence of the predatory and systemic exploitation of natural resources. This reveals an environmental injustice demanding redress through public policies that treat adaptation as a right and migration as a legitimate survival strategy.

In his article “Migration and Environmental Justice: Dynamics of Expulsion and Resistance in Peripheral Contexts”, Wagner Alexandre Siteo analyzes cases from Brazil and Africa. The author argues that climate change, migration, and environmental injustice are interconnected phenomena characterized by profound inequality. He notes that developed nations—responsible for exploiting minerals and natural resources across the African continent—are also the largest emitters of greenhouse gases. This model has devastating effects on the impoverished, racialized, and peripheral populations of the Global South, who daily confront extreme disasters, droughts, floods, and

forced displacement directly linked to large-scale mining, infrastructure, and agribusiness projects. Given that environmental migration is a consequence of historical structures of exploitation, Siteo concludes that environmental justice must be a foundational principle of public policy, ensuring the participation of affected communities and framing adaptation as a right rather than a privilege.

Vesper Noschese T. V. Junqueira's contribution, "Bodies-territories in motion: climate (im)mobilities in light of international advisory opinions," uses the concept of "body-territory" as a lens to analyze climate (im)mobilities in Latin America within the framework of the Advisory Opinions of the Inter-American Court of Human Rights and the International Court of Justice. The article shows how trans and transvestite populations were doubly affected by material destruction and transphobic exclusion from official shelters during the disaster in Rio Grande do Sul. It also highlights how autonomous initiatives redefined humanitarian assistance based on the agency of those population groups. Based on the experiences reported, it concludes that climate governance demands an intersectional approach led by the communities themselves. From this perspective, reparations should be treated as a legal norm and a political duty.

Daniela Paredes Grijalva, Alessandra Naar, Adalberto Diginya Hernández Thompson, and Sagla Celestiano Garrido analyze how the Gunadule people of the Guna Yala region (Panama) face displacement and climate relocation from their own ancestral epistemologies and ontologies. In their article, "Between land and water: knowledge and relocation in the face of the climate crisis in the Gunayala territory", the authors present the Guna worldview, which conceives of Mother Earth and the Sea as living and responsive entities. The experience of the Gunadule people offers a framework for interpreting environmental change not as a purely physical phenomenon, but as a spiritual and socio-ecological imbalance. The text argues that dignified climate relocation requires genuine community participation with the right to prior, free, and informed consultation; sharing the challenges and burdens of climate adaptation; solidarity with vulnerable populations; the production of culturally relevant architectures; and recognition of indigenous knowledge.

Megaprojects such as mining and hydroelectric dams, supported by the discourse and model of "progress" inherited from colonialism, cause massive environmental destruction (water contamination, deforestation, dam collapses) and violence. An immediate effect of this "overwhelming progress" is the violation of territorial rights and the forced displacement of populations, especially indigenous peoples. Cases such as the Pascua-Lama mine (Chile/Argentina), the Orinoco Mining Arc (Venezuela), and the Mariana and Brumadinho dam disasters (Brazil) illustrate how governments, even

those considered progressive, reproduce this model, disregarding their own socio-environmental legislation. In “Development-Induced Displacement and Resettlement in the Context of Latin American Neo-Extractivism”, Anna Ferri Davis argues for the recognition of the category ‘Development-Induced Displacement and Resettlement (DIDR)’ as a form of ‘environmental refuge’, to highlight the involuntary nature of these displacements and to hold politically accountable the state and corporate actors that produce them.

Diego Hernán Varón Rojas analyzes the socio-environmental conflict caused by the arrival of approximately 400 Mennonite families in Puerto Gaitán, Colombia. In “Epistemic, Cultural, and Organizational Perspective for the Study of Socio-Environmental Conflict – The Case of Mennonite Migrants in Puerto Gaitán”, the author demonstrates that the dispute involves not only land use and the environmental effects generated by deforestation and agricultural expansion. The conflict also involves the different ways of understanding territory, production, and the relationship with nature among Mennonites, Indigenous people (Sikuani), and environmental agencies. In his case study, Varón Rojas highlights the social legitimacy gained by the Mennonites through their recognition as hardworking and productive, while the Sikuani continue to face the invisibility of their ancestral rights. The researcher concludes that the conflict reveals deeper historical, cultural, and political disputes, demanding a critical analysis that considers epistemic diversity, territorial justice, and environmental stewardship.

In his text “Organizational Memory and Popular Climate Action in Comuna 8 of Medellín”, author Carlos Velásquez presents the construction of local responses to climate change, articulating collective memory, popular pedagogy, and grassroots political advocacy. These alternatives were spearheaded by the residents of Comuna 8 of Medellín (Colombia), a territory composed of self-built working-class neighborhoods in a hillside region. Starting with the Housing Roundtable (2011) and the Hillside Movement (2020), progress was made from the struggle for basic rights to community-based risk management. In this context, the “Inter-neighborhood Panel on Climate Change” was created in 2022—a “community IPCC” that recognizes neighborhood leaders as “popular climate experts.” This process generated concrete instruments such as the Climate Emergency Decree (2022) and Local Agreement 008 (2023), supported by Popular Schools that democratize technical and political knowledge. The experience of Comuna 8 demonstrates that climate justice presupposes the recognition of peripheral communities as agents that produce knowledge and are legitimate in formulating diagnoses and solutions that are truly adapted to local realities.

Arturo Massol Deyá, from Puerto Rico, presents an account of a Caribbean experience, “From Emergency to Knowledge Sovereignty: How a

Community Forged its Own Energy Laboratory”. Deyá highlights the work of the community organization Casa Pueblo de Adjuntas and its living model of territorial sovereignty with the creation of solar microgrids. Community resistance is highlighted as a protagonist of the energy transition in the face of the institutional collapse caused by Hurricane Maria in 2017. Casa Pueblo’s response, combining technical innovation and cooperativism, has been promoting an energy revolution in Puerto Rico. The community’s energy laboratory overcomes governmental inaction and breaks with dependence on monopolies and solutions imposed from outside, disconnected from its local reality.

Laura Santos de Souza narrates in her short story, “Her Eyes, Two Rivers,” the memory of a family that was violently expelled from their community. Forced to flee to the city, the family lives in poverty and instability, while the narrator, one of its members, grows up marked by loss and longing for the river and his grandmother. Years later, upon meeting Alberto, a migrant photographer, the narrator finds in photography a way to rebuild his life and his identity. On a work trip, he returns to his place of origin and discovers that the community has been reborn under new leadership. From that moment on, he realizes that it was finally time to go home.

Bringing to a close the dossier, we have a review of a short documentary, WAYUU APALAANCHI: heart turned towards the sea. This is a documentary produced by Luzbeidy Monterrosa about the Wayuu Twuliá indigenous community in Cachaca III, Rioacha, in the Department of La Guajira (Northern Colombia), which has suffered from the effects of rising sea levels and coastal erosion. These phenomena threaten the physical territory, ancestral memory, ways of life, identity, and spiritual life of the community. The text “Donde la mar es memoria: reseña narrativa del testimonio audiovisual de Clarena Fonseca Uriana” is by Clarena Elizabeth Fonseca Uriana, Paola Andrea Cataño Gómez, and Andrés Aristizábal Isaza. The authors highlight the leading role of the Wayuu leader and advocate Clarena Fonseca. She teaches that territory and the sea are inseparable from the collective existence of her people. The relocation of the community, in this case, is not seen as a solution, but as a cultural rupture and an unequivocal demonstration of climate injustice resulting from the conjunction of multiple factors: environmental crisis, extractivism, historical abandonment, and unilateral and insufficient state responses. It is argued that the Wayuu Twuliá resistance, documented in the short film, reinforces the understanding of just climate adaptation as a collectively constructed process, especially with the affected populations. It is fundamental to recognize and guarantee their territorial rights and their worldview.

Enjoy the read!”

A note on the cover art

LATIN AMERICAN REALITY

The artwork offers a perspective on predatory extractivism. The large open-pit mine and the dam highlight mineral exploitation and the alteration of the region's waterways, as well as wildfire and deforestation. Fires and tree stumps in the background signal the encroachment upon forests and the loss of biodiversity; the image also focuses on the March of the Peoples. The procession of migrants in traditional attire symbolizes both forced displacement and the historic journey for land and sovereignty, led by the Indigenous leaders in the foreground.

Sergio Ricciuto Conte